



# TEXTO PARA DISCUSSÃO

ISSN 0103-9466

363

**Participação das mulheres no mercado de  
trabalho brasileiro no contexto do  
crescimento econômico com distribuição de  
renda (2004-2013)**

**Eugenia Troncoso Leone**

Setembro 2019



**ie** Instituto de  
economia

# Participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro no contexto do crescimento econômico com distribuição de renda (2004-2013) \*

Eugenia Troncoso Leone \*\*

## Resumo

Entre 2004 e 2013 a economia brasileira experimentou um crescimento com redução na desigualdade de renda. A redução da taxa de desemprego, a formalização dos trabalhos e o aumento da renda dos trabalhadores foram fundamentais para esse crescimento econômico com melhora na distribuição de renda. No desempenho do mercado de trabalho, neste período, um aspecto marcante foi a diminuição da taxa total de participação, consequência da continuidade da diminuição dessa taxa entre os jovens, acompanhado de menor taxa de participação dos homens adultos e da desaceleração do aumento dessa taxa entre as mulheres adultas. O artigo estuda a evolução da participação da mulher na atividade econômica, levando em conta o nível de renda domiciliar. O bom desempenho do mercado de trabalho entre 2004 e 2013 elevou a renda dos domicílios nos quais as mulheres participavam da atividade econômica. Em 2004 essa participação feminina não garantia uma melhor renda a esses domicílios porque era elevado o desemprego e a ocupação era mal remunerada. Não obstante, em 2013, continuou significativo o número de domicílios de baixa condição socioeconômica em que as mulheres adultas enfrentam dificuldades para participar da atividade econômica. Deste modo, a desaceleração do aumento da taxa de participação das mulheres adultas ocorreu na presença de um número expressivo de mulheres de domicílios de baixa renda e com baixa taxa de participação, enquanto nos domicílios com níveis de renda maior a taxa de participação das mulheres adultas atingiu nível bastante elevado.

## Introdução

A evolução da força de trabalho feminina no Brasil, entre os anos 70 e 90, revelou a intensidade e a constância do seu crescimento, apesar das dificuldades enfrentadas pelas mulheres em se incorporar e permanecer no mercado de trabalho nos diversos contextos econômicos vivenciados pelo país. Na década de 70 o aumento da participação feminina na atividade econômica foi excepcional e continuou intenso nas décadas de 80 e 90. Nos anos 70 e 80 destacou-se o aumento da participação da mulher adulta em simultâneo com elevadas taxas de participação dos homens jovens provocando um ritmo de crescimento muito forte da população economicamente ativa (PEA). Nos anos 90 diminuiu a participação dos jovens e o aumento da participação da mulher adulta impediu a diminuição da taxa de participação total da PEA.

Nos anos 2000 o aumento da taxa de participação feminina perde força, mas as mulheres deram continuidade ao processo de consolidação de sua participação melhorando a qualidade de sua inserção na atividade econômica, ao reduzir a taxa de desemprego, bem como a participação do trabalho não remunerado e do emprego doméstico na ocupação feminina.

Nos anos 2000, notadamente entre 2004 e 2013, o país vivenciou um período de crescimento econômico com melhora da distribuição de renda, reativando o mercado de trabalho e provocando um intenso aumento do emprego em estabelecimentos. Esse crescimento da economia foi acompanhado por

---

\* Versão preliminar deste estudo foi apresentada no XXI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Poços de Calda/MG – Brasil, de 22 a 28 de setembro de 2018. Ver Leone (2018b). Esta pesquisa contou com o apoio do CNPq.

\*\* Professora do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit).

um forte aumento no valor real do salário mínimo, bem como uma intensa formalização das empresas e dos contratos de trabalho, ajudando a elevar a renda das famílias, principalmente daquelas famílias com menores níveis de renda contribuindo, assim, para diminuir as diferenças de renda entre as famílias.

Nesse contexto de aumento dos níveis baixo e intermediário de renda familiar o ritmo de aumento da participação das mulheres adultas perdeu intensidade e a tradicionalmente elevada participação dos jovens na atividade econômica continuou a diminuir<sup>1</sup>, enquanto os homens adultos apresentaram uma suave queda de participação. Como consequência, houve uma importante queda na taxa de participação total da população com idade ativa (PIA), aspecto marcante do mercado de trabalho no período de crescimento econômico com melhora da distribuição de renda (Baltar; Leone, 2015).

O arrefecimento do aumento da participação das mulheres adultas em um contexto de crescente atividade da economia foi um fenômeno novo no Brasil (Alves, 2016; Barbosa, 2014; Corseuil; Franca, 2015; Wajman, 2016).<sup>2</sup> A hipótese deste artigo é que um número significativo de famílias de baixa condição socioeconômica não teve como aproveitar as oportunidades de emprego que foram criadas no período de crescimento econômico e a renda dessas famílias continuou relativamente baixa. Essas famílias conseguiram usufruir apenas dos esquemas de transferências de renda delineados pelo Governo para suavizar as manifestações de pobreza da população mais carente.

A expansão do emprego formal, o aumento do valor do salário mínimo e os reajustes salariais das categorias profissionais maiores do que a inflação (entre 2004 e 2013) foram fatores que contribuíram para elevar a renda das famílias com membros adultos em condições de participar da atividade econômica. A renda dessas famílias era baixa, em 2004, não somente pelas dificuldades de participação na atividade econômica, mas também devido ao elevado desemprego, muita ocupação informal e baixa remuneração, inclusive no próprio emprego formal. O crescimento com melhora da distribuição de renda, entre 2004 e 2013, modificou essa situação, mas permaneceram com renda muito baixa as famílias com problemas específicos para participar da atividade econômica, notadamente as mulheres adultas dessas famílias.

A participação das mulheres adultas já é bastante elevada no caso das famílias com um mínimo de condição socioeconômica para participar da atividade econômica. Assim, este artigo procura mostrar que a continuação do aumento da participação feminina adulta no Brasil requer a elevação do baixo nível socioeconômico que ainda atinge uma proporção significativa das famílias brasileiras.

O artigo contém três itens, além desta introdução e da conclusão. O segundo item trata da consolidação da participação da mulher na atividade econômica. O terceiro item examina a evolução da participação feminina entre 2004 e 2013, levando em consideração o nível de renda domiciliar per capita. Por último, o quarto item analisa a relação entre participação feminina, nível de renda domiciliar e escolaridade, em 2013.

---

(1) Isto, em parte, devido ao adiamento da entrada dos jovens no mercado de trabalho e à maior permanência na escola (TOMÁS, et al., 2008). Este processo começou em meados da década de 90. O início da queda na participação das pessoas muito jovens na atividade econômica esteve relacionado com um estreitamento do mercado de trabalho associado à maneira como ocorreu a abertura da economia, mas também foi importante um esforço das autoridades para universalizar o acesso da população ao ensino fundamental.

(2) O comportamento das taxas de participação feminina no Brasil é condizente com o das taxas de outros países de América (L)atina e, também, de países desenvolvidos (Martínez Gómez; Miller; Saad, 2013 op. cit. Wajmann, 2016).

## **1 Consolidação da participação da mulher na atividade econômica**

Existe uma desigualdade básica entre homens e mulheres no que diz respeito à participação na atividade econômica e essa desigualdade tem a ver fundamentalmente com a repartição das tarefas domésticas e do cuidado dos filhos, notadamente na situação em que ambos os cônjuges trabalham por remuneração. A sobrecarga das mulheres com os cuidados da casa e dos filhos tem razões históricas e culturais na nossa sociedade e essas tarefas recaem sobre as mulheres independentemente de sua idade, condição de ocupação e nível socioeconômico.

Muitas das mulheres que participam da atividade econômica assumem totalmente os cuidados da casa e dos filhos tornando muito difícil e onerosa, para as mulheres, a conciliação dos afazeres domésticos com seu trabalho remunerado. Algumas conseguem repartir essas tarefas com seus cônjuges e outras, com nível socioeconômico mais elevado podem contratar serviços especializados ou outra mulher (uma empregada doméstica) para realizarem essas tarefas. Essas três situações, Hirata denomina de modelos de conciliação, parceria e delegação (Hirata, 2017).

A questão de fundo que aqui se coloca é se estão sendo garantidas, ou não, as condições para uma participação mais plena e efetiva das mulheres na atividade econômica. É sabido que a sobrecarga das mulheres com as responsabilidades familiares desempenha um papel importante nas discriminações e desvantagens que elas enfrentam no mercado de trabalho e, em função disso, sua produtividade é considerada menor e são preteridas nas oportunidades de avanço profissional (desde o próprio acesso aos empregos mais valorizados, passando pelas oportunidades de treinamento, ascensão e qualificação, entre outras).

A noção, ainda presente, de que a mulher é força de trabalho secundária e realiza atividades semelhantes às desenvolvidas no ambiente familiar, como as de cuidado de pessoas, cabendo aos homens o papel de provedor principal da renda familiar, precisa ainda ser superada, pois a realidade é que as mulheres tendo consolidado sua participação na atividade econômica vêm compartilhando cada vez mais com os homens a tarefa de provimento da renda familiar. É importante que a sociedade tenha consciência da necessidade de se redefinirem as responsabilidades de famílias, do mercado e do Estado na reprodução da força de trabalho e da própria sociedade. Não menos importante é a redefinição do papel de homens e mulheres no que diz respeito às responsabilidades familiares e às tarefas domésticas (OIT, 2009: 30).

A necessidade dessas difíceis e vagarosas mudanças no âmbito da família, da economia e do Estado está presente na dinâmica do mercado de trabalho. A hipótese que aqui se coloca é que a participação das mulheres na atividade econômica está fortemente condicionada pelo nível socioeconômico das famílias. Mulheres pertencentes a muitos domicílios de baixa renda apresentam maiores dificuldades para se inserir e permanecer na atividade econômica. Nesses domicílios as mulheres não têm onde deixar os filhos e a família não têm condições econômicas para contratar serviços especializados ou uma empregada doméstica.

É importante salientar que a redefinição do papel de homens e mulheres no que diz respeito às responsabilidades familiares e às tarefas domésticas é um processo que avança de forma particularmente lenta e ainda que as mulheres, notadamente as cônjuges, venham participando crescentemente de atividades remuneradas no mercado de trabalho, aumentando assim sua participação na renda da família, não se tem observado avanços equivalentes na participação dos homens nas tarefas domésticas e de cuidado dos filhos.

Mas, apesar das dificuldades, as mulheres têm-se voltado cada vez mais para o trabalho remunerado, fora de casa, contribuindo cada vez mais e de forma cada vez mais permanente para o sustento da família, além de assegurar sua independência financeira e aumentar sua realização pessoal. Isto tem levado, entretanto, a que a maioria das mulheres acumule ao trabalho remunerado, o trabalho não remunerado, suportando uma dupla jornada. Elas têm reduzido o número de horas dedicadas à família, ajudadas em parte por políticas públicas de apoio (creches, escolas, asilos, etc.) e pela incorporação de tecnologias no trabalho doméstico (uso de eletrodomésticos, como máquinas de lavar roupa, etc.).

Foi em meados dos anos 60 que as mulheres passaram a apresentar taxas crescentes de participação no mercado de trabalho, impulsionadas por uma confluência de fatores e de novas posturas culturais e ideológicas na sociedade brasileira. Um fator importante foi a intensa queda da fecundidade ocorrida, de forma simultânea, à ampliação da participação da mulher no mercado de trabalho. A pronunciada queda da fecundidade vivenciada pelas mulheres facilitou a entrada da mulher no mercado de trabalho o, que por sua vez, reforçou o declínio da fecundidade. O nível de fecundidade das mulheres brasileiras que em 1970 era de 5,8 filhos por mulher chegou a 1,86 filhos por mulher em 2010. (<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/>).

A ampliação da participação da mulher no mercado de trabalho tem sido um dos fatos mais marcantes ocorridos na sociedade brasileira, que como mencionado, foi resultado de uma combinação de fatores econômicos, culturais e sociais. Essa ampliação tem perpassado os diversos contextos econômicos vivenciados pelo país. Assim, ampliou-se a participação feminina no mercado de trabalho nos anos 70, num período de expansão da economia, no auge de um processo de urbanização e industrialização. A participação feminina aumentou também nos anos 80, quando a crise da dívida externa interrompeu a industrialização do país e, nos anos 90, quando a reestruturação produtiva provocada pela abertura da economia prejudicou os setores mais estruturados, sem incorporar plenamente os novos setores.

A consolidação da participação da mulher na atividade econômica continuou nos anos 2000, não obstante o arrefecimento do aumento de sua participação. Essa consolidação que se deu inicialmente pela ampliação da participação feminina no mercado de trabalho ultrapassa essa dimensão extensiva, intensificando a qualidade de sua inserção, favorecida pelas mudanças substantivas ocorridas no mercado de trabalho a partir de 2004<sup>3</sup>. De fato, a partir desse ano, assistiu-se a uma inversão da tendência negativa de desempenho econômico, verificada no final da década anterior, com o crescimento significativo do emprego e a recuperação do poder de compra do nível médio da renda do trabalho. Um aspecto marcante do período 2004-2013 foi a diminuição da desigualdade da renda do trabalho.

A consolidação da participação das mulheres na atividade econômica se concretiza então, de um lado, pelo aumento da participação das mulheres na atividade econômica que ocorre, também, na medida em que elas não mais se retiram do trabalho remunerado com o casamento e o nascimento dos filhos, permitindo às mulheres trabalhadoras a solidificação de suas carreiras profissionais. De outro, pela intensificação da qualidade de sua participação e a este respeito, destacam-se as conquistas femininas em educação, especialmente no que se refere ao nível superior, onde as mulheres constituem maioria (Leone, 2018). Alia-se a isto a crescente importância de sua participação como fonte de renda das famílias, bem como a aproximação dos seus rendimentos do trabalho a dos homens. (Montali, 2006; Therborn, 2006).

Essa consolidação da participação das mulheres no mercado de trabalho continua, no entanto, marcada pela rígida divisão sexual do trabalho que designa um tipo de trabalho para cada gênero, onde as mulheres se concentram em um conjunto reduzido de ocupações definidas como tipicamente femininas, por serem consideradas extensões do lar (emprego doméstico, professoras, enfermeiras, etc.), refletindo a desigualdade básica comentada anteriormente.

A concentração de mulheres em ocupações consideradas tipicamente femininas, entretanto, não impediu o acesso de mulheres a ocupações relativamente bem remuneradas. Assim, é elevada a proporção de mulheres em ocupações cujo acesso exige nível superior de escolaridade e em média essas ocupações são muito melhor remuneradas do que as demais ocupações cujo acesso não exige nível superior de educação. As diferenças de rendimento entre sexos embora ocorra em todos os níveis de escolaridade, são maiores exatamente entre pessoas com educação de nível superior, onde as mulheres constituem mais da metade dos ocupados com essa escolaridade (Leone, 2017). Assim, as diferenças de rendimento entre sexos continuam parte importante da enorme desigualdade de rendimentos do trabalho que existe no Brasil.

---

(3) Ver também Wajnman (2016).

## 2 Participação feminina: 2004-2013

Desde 2003, em condições mundiais favoráveis às exportações brasileiras, o desempenho da economia no Brasil melhorou sensivelmente (Baltar; Leone, 2015). O crescimento do PIB tornou-se mais intenso e a inflação recuou, repercutindo no mercado de trabalho. A taxa de desemprego diminuiu e o emprego assalariado passou a crescer mais do que a população ocupada total, notando-se também maior formalização dos estabelecimentos e dos contratos de trabalho. O forte crescimento do emprego formal foi acompanhado de aumento da renda do trabalho, não somente o poder de compra dos salários do emprego formal, mas também o poder de compra dos salários dos empregos sem carteira de trabalho e o da renda do trabalho por conta própria. A intensa elevação do valor do salário mínimo fortaleceu a elevação das menores remunerações do emprego formal e dos empregos sem carteira com remuneração próxima do salário mínimo, contribuindo para que a elevação da renda do trabalho ocorresse com diminuição da desigualdade dos rendimentos dos trabalhadores que sempre foi muito elevada no Brasil<sup>4</sup>.

Essa melhora sensível nos indicadores do mercado de trabalho não decorre de um crescimento desproporcional da população ocupada total. A ampliação das oportunidades para ocupar as pessoas ocorreu em ritmo proporcional ao do crescimento do PIB e a taxa de ocupação, em 2013, foi ligeiramente maior do que em 2004 (66,4% e 66,7% respectivamente, considerando como PIA a população com 15 a 64 anos de idade). Porém, a taxa de participação diminuiu no período (passando de 73,1% para 71,4%), indicando que a PEA cresceu em ritmo menor do que o da PIA, permitindo que um relativamente modesto aumento do número de pessoas ocupadas resultasse em intensa diminuição na taxa de desemprego (que passou de 9,1% para 6,6%).

Assim, a diminuição na taxa de participação foi um aspecto relevante do bom desempenho do mercado de trabalho no período de crescimento com redução na desigualdade da renda do trabalho que ocorreu entre 2004 e 2013. A Tabela 1 mostra que a redução na taxa de participação ocorreu para a população ativa com menos de 35 anos e com a de 60 a 64 anos de idade, mas não para a população com idade entre 35 e 59 anos. No caso da população com 15 a 24 anos, a redução na taxa de participação ocorreu entre homens e mulheres, mas para as idades de 25 a 34 anos e de 60 a 64 anos, a diminuição da taxa de participação ocorreu somente entre os homens.

Tabela 1  
Taxas de participação de homens e mulheres por idade e sexo. Brasil 2004 e 2013

Idades	Homem		Mulher		Total	
	2004	2013	2004	2013	2004	2013
15 a 19	59,4	47,7	41,6	33,6	50,5	40,8
20 a 24	88,5	84,8	66,8	65,2	77,5	74,9
25 a 29	94,2	92,2	70,4	71,5	82,0	81,5
30 a 34	95,5	93,9	71,9	72,7	83,2	82,9
35 a 39	95,2	94,8	72,8	73,2	83,5	83,6
40 a 44	93,8	93,7	70,9	71,7	81,9	82,1
45 a 49	92,1	91,0	65,3	67,4	78,1	78,7
50 a 54	85,6	86,7	57,2	59,1	70,7	72,1
55 a 59	77,7	78,6	45,4	46,5	60,6	61,5
60 a 64	65,0	63,2	30,8	31,2	46,7	46,0
Total	85,3	82,8	61,5	60,6	73,0	71,4

Fonte: IBGE-PNADs (2004 e 2013).

(4) O índice de Gini das rendas do trabalho diminuiu de quase 0,60 para próximo de 0,50 entre 1998 e 2014. A novidade após 2003 foi a continuação da redução da desigualdade com aumento de renda média do trabalho.

A Tabela 2 refere-se somente às mulheres e mostra que a diminuição na taxa de participação ocorreu apenas nos domicílios com renda per capita inferior ao valor de um salário mínimo de 2013, verificando-se essa diminuição em todas as faixas de idade desses domicílios de renda relativamente baixa. No caso dos domicílios com renda per capita maior do que o salário mínimo de 2013, a taxa de participação feminina aumentou e esse aumento também ocorreu em todas as faixas de idade.

Tabela 2  
Taxas de participação das mulheres por idade e renda domiciliar per capita (em salários mínimos – SM de 2013).  
Brasil 2004 e 2013

Idades	Total		Até 1/4 SM		de 1/4 a 1/2 SM		de 1/2 a 1 SM	
	2004	2013	2004	2013	2004	2013	2004	2013
15 a 19	41,6	33,6	37,8	21,1	41,8	25,3	48,1	37,9
20 a 24	66,8	65,2	51,8	41,1	61,9	45,0	75,8	66,9
25 a 29	70,4	71,5	55,8	46,0	65,1	49,4	76,4	71,6
30 a 34	71,9	72,7	58,7	51,5	67,4	55,3	78,1	71,8
35 a 39	72,8	73,2	63,1	54,1	68,5	59,2	76,5	71,8
40 a 44	70,9	71,7	62,4	55,8	65,9	55,8	73,2	69,3
45 a 49	65,3	67,4	62,5	54,0	59,8	51,4	64,6	61,1
50 a 54	57,2	59,1	57,1	48,4	53,4	44,9	56,9	51,6
55 a 59	45,4	46,5	48,8	36,6	45,8	37,2	43,7	38,4
60 a 64	30,8	31,2	33,3	24,6	30,7	23,4	29,8	27,0
Total	61,5	60,6	53,5	43,7	57,9	45,6	65,1	58,5

Fonte: IBGE-PNADs (2004 e 2013). Extraído de Vasquez (2016).

Tabela 2 (continuação)  
Taxas de participação das mulheres por idade e renda domiciliar per capita (em salários mínimos – SM de 2013).  
Brasil 2004 e 2013

Idades	de 1 a 2 SM		de 2 a 3 SM		de 3 a 5 SM		5 e mais SM	
	2004	2013	2004	2013	2004	2013	2004	2013
15 a 19	44,3	46,1	28,7	36,2	20,7	24,4	13,7	17,8
20 a 24	79,7	81,1	75,0	79,6	69,7	72,0	58,7	65,7
25 a 29	82,8	85,0	83,7	88,4	86,1	90,4	88,4	90,0
30 a 34	82,5	84,1	82,4	88,7	85,9	90,7	88,0	90,9
35 a 39	80,0	83,3	83,7	86,9	83,4	89,8	87,8	90,7
40 a 44	76,3	80,9	78,2	81,6	81,4	82,4	85,8	88,3
45 a 49	68,5	74,5	70,6	81,9	73,8	80,8	82,8	86,6
50 a 54	59,3	65,2	54,9	68,4	60,0	74,7	67,2	75,4
55 a 59	45,1	51,9	42,8	54,7	41,9	58,3	54,8	59,4
60 a 64	31,4	33,4	27,9	36,5	31,1	37,8	36,5	44,4
Total	67,9	70,4	65,9	72,7	66,9	73,1	69,7	74,8

Fonte: IBGE-PNADs (2004 e 2013). Extraído de Vasquez (2016).

É, então, importante levar em consideração o nível socioeconômico das famílias quando se estuda a evolução da participação na atividade econômica das mulheres. Nas famílias de domicílios com baixa renda per capita não somente a participação das mulheres é mais baixa do que nas famílias de domicílios de nível intermediário e alto de renda per capita, como essa participação diminuiu no período considerado. Para avaliar o que significa essa diminuição da taxa de participação das mulheres de domicílios de baixa renda per capita é importante levar em conta que o crescimento com distribuição de renda do trabalho modificou sensivelmente a distribuição dos domicílios segundo a renda domiciliar per capita, como mostra a Tabela 3.

O nível nominal do salário mínimo passou de 260 para 678 reais entre maio de 2004 e janeiro de 2013. A média do INPC para os meses de agosto a outubro aumentou 58,95% nesse período de nove anos, sinalizando inflação de 5,3% ao ano. O valor do salário mínimo, então, aumentou 64,1% nos nove anos ou 5,65% por ano, bem acima do ritmo de aumento da produtividade da economia brasileira e muito superior às conquistas de reajustes salariais das categorias profissionais naquele período.

Tabela 3  
Distribuição dos domicílios por nível de renda domiciliar per capita. Brasil, 2004 e 2013

Renda domiciliar per capita em salários mínimos (SM) de 2013	Domicílios (milhões)		% Domicílios		% da PIA	
	2004	2013	2004	2013	2004	2013
Sem rendimento	594,5	1.148,1	1,1	1,8	0,9	1,2
até 1/4 SM	9.062,0	3.949,6	17,4	6,1	19,5	7,0
mais de 1/4 a 1/2 SM	11.577,3	8.936,6	22,2	13,7	24,3	15,6
mais de 1/2 a 1 SM	14.391,7	17.944,3	27,6	27,6	26,0	27,3
mais de 1 a 2 SM	88.710,0	17.246,1	17,0	26,5	16,1	25,9
mais de 2 a 3 SM	2.756,5	5.793,5	5,3	8,9	4,9	8,3
mais de 3 a 5 SM	2.043,5	3.666,1	3,9	5,6	3,4	5,1
mais de 5 SM	1.584,7	3.228,4	3,0	5,0	2,3	3,9
sem declaração	1.225,9	3.246,7	2,4	4,9	2,6	5,6
Total	52.107,4	65.129,7	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE-PNADs (2004 e 2013).

Para avaliar a evolução da distribuição dos domicílios em termos de renda per capita, a renda foi classificada em faixas de salário mínimo de 2013. O valor do salário mínimo de 2013, entretanto, equivale a 1,64 salários mínimos de 2004. As remunerações com nível próximo do salário mínimo acompanharam a evolução deste último, mas as remunerações mais elevadas tiveram evoluções muito aquém da verificada com o salário mínimo, alterando-se substancialmente a distribuição dos domicílios por faixas de salário mínimo de 2013.

O número de domicílios aumentou 25% ou 2,5% ao ano entre 2004 e 2013, em circunstâncias de um crescimento da população de apenas 1% ao ano. O número médio de pessoas por domicílio diminuiu substancialmente, refletindo alterações expressivas na estruturação das famílias. Essas mudanças



acentuaram as modificações na distribuição dos domicílios por faixas de renda per capita (Leone; Maia; Baltar, 2010).

O número de domicílios com renda per capita positiva, mas inferior à metade do salário mínimo de 2013, diminuiu fortemente (37,6%). Esses domicílios de baixa renda per capita eram 39,6% do total dos domicílios em 2004 e abrangiam 43,8% da população com idade ativa (15 a 64 anos de idade) e passaram a ser, em 2013, 19,8% do total de domicílios, abrangendo 22,6% da PIA.

Assim, a distribuição dos domicílios segundo a renda per capita melhorou substancialmente, mas ainda continuou expressivo o número de domicílios com baixa renda per capita, abrangendo mais do que a quinta parte da população com idade ativa. Em 2004, muitas famílias de baixa renda tinham membros em condições de participar da atividade econômica, mas o desemprego e a ocupação informal eram elevados e a remuneração era baixa, mesmo no caso de empregos formais. O crescimento com distribuição de renda diminuiu as dificuldades para participar da atividade econômica. Contudo, continuaram nessas faixas de baixa renda os domicílios que tinham problemas particulares para participar da atividade econômica e que, portanto, não puderam usufruir da melhora do mercado de trabalho.

As dificuldades de participação na atividade econômica dos membros dos domicílios de baixa renda são particularmente graves no caso das mulheres. A forte redução no número desses domicílios de baixa renda per capita foi acompanhada de intensa redução na taxa de participação das mulheres enquanto, no mesmo período, as taxas de participação das mulheres aumentaram nos domicílios com renda per capita maior do que o salário mínimo de 2013. As taxas de participação das mulheres dos domicílios com renda per capita superior ao salário mínimo de 2013 alcançaram, neste último ano, um patamar relativamente alto (acima de 2/3 para mulheres com 20 a 54 anos), sendo que o Brasil não tem, como o verificado nos países nórdicos da Europa, um Estado de Bem Estar Social que dá apoio especial para facilitar o trabalho remunerado das mulheres.

No período de crescimento econômico com melhora da distribuição de renda houve um arrefecimento do aumento na taxa de participação das mulheres na atividade econômica. Neste período, a consolidação da participação das mulheres na atividade econômica continuou, mas passou de extensiva (ampliação das taxas de participação) para intensiva em qualidade (melhora na absorção das mulheres pela atividade econômica, reduzindo o desemprego e aumentando a formalidade das relações de trabalho). Muitas mulheres de domicílios de baixo nível socioeconômico, entretanto, não tiveram condições para participar na atividade econômica, de modo a elevar mais substancialmente a renda do domicílio. Este fato mostra que o crescimento econômico, mesmo com distribuição de renda não tem efeito automático sobre todas as famílias de renda muito baixa, revelando a magnitude da pobreza absoluta existente no país que torna necessária políticas públicas específicas para melhorar a condição socioeconômica dessa parcela da população.

### **3 Participação feminina: nível de renda e escolaridade em 2013**

A dificuldade para participar da atividade econômica tem a ver com a baixa escolaridade de homens e de mulheres dos domicílios de baixa renda per capita. Efetivamente, a formalização dos estabelecimentos e dos contratos de trabalho que caracterizaram o crescimento com redução da desigualdade das rendas do trabalho foi acompanhada de aumento nos requisitos de escolaridade para o acesso aos empregos formais, intensificando as dificuldades para participar da atividade econômica das

peças sem o grau de escolaridade exigido. As mulheres possuem escolaridade maior do que a dos homens, mas os empregos formais que absorvem mulheres também têm maiores exigências de escolaridade (Leone, 2018). Os empregos formais de ocupações manuais têm menos exigências de escolaridade, mas passaram a exigir escolaridade fundamental completa (11 ou mais anos de estudo). O acesso a esses empregos continua sendo predominantemente de homens e as mulheres são absorvidas, predominantemente, no emprego formal, em ocupações de apoio administrativo, vendas e profissões das ciências e das artes que exigiam ou passaram a exigir escolaridade de nível médio (11 a 14 anos de estudo) ou superior completo (15 anos e mais).

A Tabela 4 mostra que a escolaridade das mulheres com 25 a 54 anos dos domicílios de baixa renda é bem menor do que a das mulheres dessa idade de domicílios com renda per capita maior do que o salário mínimo. Nos domicílios com renda per capita positiva, mas menor do que  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo, somente 16,6% das mulheres de 25 a 54 anos têm escolaridade correspondente a 11 anos completos ou mais de estudos. Essa proporção é de 29,7% nos domicílios com renda per capita de  $\frac{1}{4}$  a  $\frac{1}{2}$  do salário mínimo e alcança mais de 60% nos domicílios com renda per capita maior do que o salário mínimo. Nos domicílios com renda per capita de cinco ou mais salários mínimos, a proporção de mulheres de 25 a 54 anos que possuem nível de escolaridade de 15 anos ou mais (curso superior) atinge 72,5%.

Tabela 4  
Distribuição das mulheres de 25 a 54 anos (PIA) conforme anos de estudo e nível de renda domiciliar per capita.  
Brasil, 2013

Anos de estudo	Total	Renda domiciliar per capita em SM		
		menos de 1/4	1/4 a 1/2	1/2 a 1
Menos de 8 anos	31,7	66,1	51,0	44,7
de 8 a 10 anos	15,2	16,7	19,0	19,5
11 a 14 anos	37,9	15,7	27,8	32,7
15 ou mais	15,0	0,9	1,9	3,0
sem/decl.	0,2	0,5	0,3	0,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE-PNAD (2013).

Tabela 4 (continuação)  
Distribuição das mulheres de 25 a 54 anos (PIA) conforme anos de estudo e nível de renda domiciliar per capita.  
Brasil, 2013

Anos de estudo	Renda domiciliar per capita em SM			
	1 a 2	2 a 3	3 a 5	5 e mais
Menos de 8 anos	21,5	10,0	5,4	2,7
de 8 a 10 anos	15,1	9,5	5,2	2,6
11 a 14 anos	48,8	46,6	36,2	22,2
15 ou mais	14,5	33,9	53,2	72,5
sem/decl.	0,1	0,0	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE-PNAD (2013).

A baixa escolaridade, entretanto, não é a única razão para a menor participação na atividade econômica das mulheres de 25 a 54 anos de domicílios de baixa renda. Como mostra a Tabela 5, a taxa de participação na atividade econômica dessas mulheres de domicílios de baixa renda é bem menor em todas as faixas de escolaridade. No entanto, não há uma correlação estreita entre a taxa de participação das mulheres e o nível de renda domiciliar per capita, controlando o grau de escolaridade das mulheres. Assim, mulheres de 25 a 54 anos com escolaridade média e que não completaram o nível superior de escolaridade (11 a 14 anos de estudo) e que têm participação significativa em todas as faixas de renda domiciliar per capita, apresentam taxa de atividade de 54,6% nos domicílios com renda per capita inferior a ¼ de salário mínimo. Essa taxa de atividade aumenta com a renda do domicílio e atinge 82% na faixa de 1 a 2 salários mínimos, mantendo-se neste patamar nos domicílios com maior renda per capita. As taxas de participação das mulheres em todas as faixas de escolaridade atinge um máximo nos níveis intermediários de renda domiciliar per capita, sugerindo que o papel dessa participação na elevação da renda domiciliar é particularmente marcante para colocar os domicílios nas faixas de renda acima do nível crítico de um salário mínimo per capita.

Tabela 5  
Taxas de participação das mulheres de 25 a 54 anos conforme anos de estudo e nível de renda domiciliar per capita.  
Brasil, 2013

Anos de estudo	Total	Renda domiciliar per capita em SM		
		menos de 1/4	1/4 a 1/2	1/2 a 1
Menos de 8 anos	57,0	51,0	49,6	58,3
de 8 a 10 anos	66,1	51,0	55,2	68,2
11 a 14 anos	75,0	54,4	56,9	73,1
15 ou mais	88,2	53,9	69,6	78,9
Total	69,9	51,5	53,1	67,1

Fonte: IBGE-PNAD (2013).

Tabela 5 (continuação)  
Taxas de participação das mulheres de 25 a 54 anos conforme anos de estudo e nível de renda domiciliar per capita.  
Brasil, 2013

Anos de estudo	Renda domiciliar per capita em SM			
	1 a 2	2 a 3	3 a 5	5 e mais
Menos de 8 anos	68,5	69,3	66,2	64,9
de 8 a 10 anos	75,2	74,2	65,6	67,0
11 a 14 anos	81,9	82,0	81,3	77,6
15 ou mais	88,3	90,0	90,8	91,2
Total	78,9	82,7	84,7	86,8

Fonte: IBGE-PNAD (2013).

Outros fatores associados ao baixo nível socioeconômico, além do baixo grau de escolaridade, dificultam a participação das mulheres na atividade econômica, como a própria dificuldade de conciliar o trabalho remunerado com as responsabilidades familiares. A alteração nos padrões de participação na

atividade econômica em domicílios de baixa renda é sempre um processo complexo e requer tempo e acomodação das famílias e se não existir amplo apoio público para o cuidado dos filhos, pessoas doentes e idosos essa acomodação pode ser um processo difícil e demorado, especialmente nos domicílios de baixa renda com menos recursos para usar o mercado (creche particular, empregada doméstica, etc.) para conciliar o trabalho remunerado das mulheres com suas responsabilidades familiares.

## **Conclusão**

O objetivo deste artigo foi estudar a participação das mulheres na atividade econômica no contexto de crescimento econômico (2004-2013) com melhora da distribuição de renda. Nesse período de crescimento econômico houve um arrefecimento do aumento na taxa de participação das mulheres na atividade econômica. A consolidação da participação das mulheres deixou de ser ampliação quantitativa e intensificou a melhora qualitativa na absorção das mulheres pela atividade econômica.

Essa mudança na natureza da consolidação da participação das mulheres se revela com toda clareza nos domicílios de menor renda per capita. O crescimento com distribuição de renda diminuiu fortemente o número de domicílios com renda per capita menor que metade do salário mínimo de 2013. Em 2004, muitas mulheres desses domicílios de renda muito baixa participavam da atividade econômica, mas a qualidade da absorção era muito deficiente, com alto desemprego, muita informalidade e baixa remuneração, o que fazia com que a renda dos domicílios com mulheres participando da atividade econômica pouco se distinguisse da renda dos domicílios em que as mulheres não tinham condições para participar da atividade econômica.

Assim, em 2004 não somente era muito grande o número de domicílios com renda muito baixa, mas a taxa de participação das mulheres desses domicílios era relativamente alta. O crescimento com melhora na distribuição de renda alterou essa situação, reduzido o desemprego, aumentando o emprego formal, elevando o valor do salário mínimo e criando condições para que os reajustes das categorias profissionais fossem maiores que a inflação. Em consequência, o número de domicílios com renda muito baixa diminuiu fortemente e foi acompanhado de intensa redução da taxa de participação das mulheres desses domicílios.

A taxa de participação das mulheres de domicílios com nível de renda relativamente alta aumentou, mas já era bastante elevada em 2004. É então possível atribuir o arrefecimento do aumento da taxa de participação feminina às dificuldades para ampliar essa participação em muitos dos domicílios de baixa renda. As mulheres desses domicílios de baixo nível socioeconômico têm dificuldades particulares para participar da atividade econômica e esses domicílios não puderam aproveitar às oportunidades ocupacionais surgidas no crescimento com melhora da distribuição de renda e continuaram com baixa condição socioeconômica. Em parte, essa dificuldade de participação feminina na atividade econômica tem a ver com o baixo grau de escolaridade, mas o problema é mais amplo e diz respeito também a outros aspectos dessa baixa condição socioeconômica.

Considerando a questão da participação feminina na atividade econômica da perspectiva da evolução do país nos últimos 50 anos, é possível destacar que desde os anos 2000 diminuiu o forte aumento daquela participação. Esse forte aumento de participação feminina ao longo das décadas de 70, 80 e 90 combinou os três modelos mencionados por Hirata (conciliação, parceria e delegação). O bom desempenho da economia entre 2004 e 2013 e a política de distribuição de renda ampliou a renda dos

domicílios que tinham as condições de aproveitar as oportunidades ocupacionais geradas, muitas delas com participação das mulheres na atividade econômica relativamente alta, mas restou uma fração não desprezível de domicílios, abrangendo uma proporção expressiva da PIA que não pôde aproveitar aquelas oportunidades, deixando a impressão de que uma verdadeira retomada do aumento da participação das mulheres na atividade econômica pressupõe um maior desenvolvimento da economia e dos apoios públicos para viabilizar a participação das mulheres, a ponto de diminuir a proporção de domicílios de condição socioeconômica tão baixa que dificulta a participação feminina em qualquer dos três modelos destacados por Hirata.

### Referências bibliográficas

BALTAR, P.; LEONE, E. Perspectivas para o mercado de trabalho após o crescimento com inclusão social. *Estudos Avançados*, v. 29, n. 85, 2015.

ALVES, J. E. Crise no mercado de trabalho, bônus demográfico e desempoderamento feminino. In: ITABORAÍ, Nathalie Reis; RICOLDI, Arlene Martinez (Org.). *Até onde caminhou a revolução de gênero no Brasil? Implicações demográficas e questões sociais*. Belo Horizonte, MG: ABEP, 2016.

BALTAR, P.; LEONE, E. O mercado de trabalho no Brasil na recessão de 2015-2016. In MORETTO et al. (Org.). *As transformações no mundo do trabalho e o Sistema Público de Emprego como instrumento de inclusão social*. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, 2018.

BARBOSA, A. L. N. de H. Participação feminina no mercado de trabalho brasileiro. In: MERCADO de Trabalho. IPEA, ago. 2014. (Nota Técnica). Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3736>.

CORSEUIL, C. H. L.; FRANCA, M. A. P. (Org.). *Inserção dos jovens no mercado de trabalho brasileiro: evolução e desigualdades no período 2006-2013*. Brasília: OIT, 2015.

HIRATA, H. O que mudou e o que permanece no panorama da desigualdade entre homens e mulheres? Divisão sexual do trabalho e relações de gênero numa perspectiva comparativa. In: LEONE, E. T.; KREIN, J. D. TEIXEIRA, M. O. (Org.) *Mundo do trabalho das mulheres: ampliar direitos e promover a igualdade*. São Paulo: Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres / Campinas, SP: Unicamp. IE. Cesit, jun. 2017.

LEONE, E. Os impactos do crescimento econômico com inclusão social na participação das mulheres no mercado de trabalho. In: LEONE, E. T.; KREIN, J. D. TEIXEIRA, M. O. (Org.). *Mundo do trabalho das mulheres: ampliar direitos e promover a igualdade*. São Paulo: Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres / Campinas, SP: Unicamp. IE. Cesit, jun. 2017.

LEONE, E. Inserção de mulheres e homens com nível superior de escolaridade no mercado de trabalho brasileiro. Trabalho apresentado no 56 Congresso Internacional de Americanistas, realizado em Salamanca, Espanha de 15 a 20 jul. 2018a.

LEONE, E. Participação das mulheres na atividade econômica em contextos de crescimento econômico e de recessão. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS – ABEP, 21, Poços de Caldas, MG, Brasil, 22 a 28 set. 2018b. *Anais...*

LEONE, E.; MAIA, A. G.; BALTAR, P. Mudanças na composição das famílias e impactos sobre a redução da pobreza no Brasil. *Economia e Sociedade*, Campinas, IE, n. 38, jan. 2010.

MARTÍNEZ GÓMES, C.; MILLER, T.; SAAD, P. *Participación laboral femenina y bono de género en América Latina*. Chile: Cepal, 2013. (Coleção Documentos de Proyectos). Disponível em: [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/35897/S20131095\\_es.pdf?sequence=1](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/35897/S20131095_es.pdf?sequence=1). Acesso em: 26 Feb. 2019.

MONTALI, L. Provedoras e co-provedoras: mulheres-cônjuge e mulheres-chefe de família sob a precarização do trabalho e o desemprego. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rebec, São Paulo, v. 23, n. 2, 2006.

OIT. *Trabalho e família: rumo a novas formas de conciliação com responsabilidade social*. Brasília: Organização Internacional do Trabalho – OIT, 2009.

TOMÁS, M. C. et al. Adiamento do ingresso no mercado de trabalho sob o enfoque demográfico: uma análise das regiões metropolitanas brasileiras. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 91-107, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v25n1/v25n1a06>.

THERBORN, G. *Sexo e poder*. São Paulo: Contexto, 2006.

VASQUEZ, L. B. Participação no mercado de trabalho e nível socioeconômico da população no período 2004-2013. Dissertação (Mestrado)–Unicamp/IE, Campinas, 2016.

WAJNMAN, S. “Quantidade” e “qualidade” da participação das mulheres na força de trabalho brasileira. In: ITABORAÍ, Nathalie Reis; RICOLDI, Arlene Martinez (Org.). *Até onde caminhou a revolução de gênero no Brasil? Implicações demográficas e questões sociais*. Belo Horizonte, MG: Abep, 2016.